

“A UNIVERSIDADE E SUA ARTICULAÇÃO COM AS ESCOLAS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS”

Prof. Dr. Newton César Balzan *

A articulação da Universidade com as escolas de primeiro e segundo grau é importante e necessária. Espera-se que venha ocorrendo, principalmente através das Faculdades de Educação e, mais especificamente ainda, através de seus cursos de Licenciatura, Pedagogia e Mestrado em Educação.

Trata-se de relações semelhantes àquelas que devem ocorrer entre Escolas de Engenharia e Empresas de Produção, Faculdades de Comunicação e Instituições ligadas aos Meios de Comunicações de Massas, Faculdades de Medicina e Órgãos voltados para a Saúde Pública. São relações imprescindíveis, pois contribuem para dar sentido de realidade aos cursos universitários.

Essas relações existem na prática? Certamente sim, pois a obrigatoriedade de estágios supervisionados acaba forçando sua execução. Por isso, é importante analisarmos a modalidade mais comum em que elas ocorrem e questionarmos sobre sua validade, oferecendo, a partir daí, outras alternativas visando à realização efetiva daquela articulação.

Uma primeira modalidade chama-nos a atenção: caracteriza-se pela ausência de questionamento, pelo seu caráter de alienação. As relações existem apenas para satisfazer às exigências do currículo. Os alunos estagiam em escolas de 1º e 2º grau, da mesma forma que os estudantes de Engenharia poderiam estagiar nas empresas, cumprindo determinado número de horas; trazem comprovantes de que estiveram estagiando e a questão encerra-se aí — melhor dizendo, não há questão, pois as atividades terão sido meramente passivas, em atendimento às determinações legais, apenas.

Algumas vezes, ocorre os alunos voltarem encantados com aquilo que tiveram oportunidade de observar: tendo visitado uma escola de

* Doutor em Educação, professor da Faculdade de Educação da UNICAMP.

“Padrão A”, entusiasma-se com a eficiência que caracteriza o funcionamento da moderna tecnologia educacional, com o apoio que é dado ao professor para o desempenho satisfatório de suas atividades docentes etc. Em outras ocasiões — mais freqüentes que as primeiras, é claro! — tomam contacto com uma situação altamente insatisfatória, limitando-se, porém, a lamentar sobre o fato, sem direção alguma; caem facilmente no desânimo “nada é possível fazer... tudo está praticamente perdido” — ou ficam num círculo vicioso de reclamações que a nada levam, uma vez que não envolvem críticas mais profundas. É importante assinalar, aliás, que a euforia presente no primeiro caso, com muita freqüência e rapidez costuma ceder lugar ao desânimo, uma vez que é inevitável a constatação de que a situação observada é apenas uma exceção.

Em ambos os casos, a “análise” das observações realizadas referem-se exclusivamente à escola, como poderiam limitar-se à empresa existente, sem levar em consideração o contexto sócio-cultural do qual, essas instituições constituem partes integrantes. Trata-se de formas alienadas, termo importante, infelizmente tão esvaziado! — de se tentar promover a articulação Universidade — Escolas de 1º e 2º Graus, pois, as raízes do problema são deixadas de lado: Quais os problemas e aspirações dos professores que aí estão lecionando? Qual a função da escola num país que se industrializa e se urbaniza rapidamente, com todas as conseqüências daí decorrentes: êxodo rural, população marginalizada na periferia das grandes metrópoles, cidades-dormitório que negam a existência de vida comunitária no exato momento em que se procura considerar a comunidade para fins de planejamento curricular? Que tipos de aspirações têm os alunos neste contexto? Problema complexo, quando sabemos ser preciso levar em conta, não o aluno, em abstrato, mas a pessoa concreta; não a média, mas os vários grupos e subgrupos: os alunos do colégio particular, considerado de alto nível, os alunos do antigo Instituto de Educação, tradicionalmente conceituado, de determinada cidade do Interior do Estado, os alunos que cursam a escola municipal da periferia da cidade grande etc.

A Universidade, especialmente através de suas Faculdades de Educação, não pode deixar de questionar sobre tal realidade, da mesma forma como se espera que, através de suas Faculdades de Medicina, não deixe de questionar sobre os problemas de saúde pública.

Trata-se de compromisso com a realidade — país, região, comunidade que a Universidade deve ter, desde que não se destine a “ser uma ilha dedicada ao saber”, conforme opinião ainda tristemente vigente em alguns meios universitários...

Um caso, que nos foi relatado há poucos meses, ilustra a questão.

Como conseqüência da chamada “distribuição conforme a rede física” — determinação segundo a qual os alunos de 1º grau das escolas oficiais do Estado devem cursar as escolas mais próximas de suas residências — uma Escola tradicionalmente conceituada de cidade do Interior, passou a receber alunos de bairro relativamente próximo, cujos indivíduos, porém, em sua maior parte, nunca haviam estudado ali. Aparentemente, teriam melhorado sua situação, uma vez que passaram a freqüentar escola mais próxima de suas casas e de melhor padrão de ensino. No entanto, tratava-se de crianças muito pobres, que até o ano anterior haviam cursado escolas onde a merenda escolar era servida diariamente, fato que não mais acontece. Não aceitos pelos colegas que a freqüentavam há mais tempo, sentem-se marginalizados. Vão sendo postos de lado também pelos professores, a princípio de modo mais ou menos camuflado, através de observações e queixas constantes, do tipo “realmente, essa turma da rede física não tem nível para acompanhar nossos alunos” — e com o passar do tempo, de maneira mais explícita, através da atribuição de notas sempre muito baixas, caminhando para a reprovação iminente. Esta, se concretizando, tem lugar nova situação de marginalização, talvez definitiva.

Como se vê, dois tipos de carência ter-se-ão agravado: alimentar e afetiva. Se esta última já existia no lar, é sentida, agora, também junto ao grupo de indivíduos da mesma idade.

É provável que a decisão de encaminhar os alunos para as escolas mais próximas de suas casas tenha sido tomada com a melhor das intenções, por parte das autoridades competentes, mas, pelo menos no caso relatado, seus efeitos se mostraram catastróficos.

Uma análise superficial poderia levar à atribuição de toda a culpa aos professores que, em seus planejamentos de início do ano, não teriam levado em consideração as variáveis que viriam alterar a situação até então existente. Teriam redigido seus planos, mas deixado de elaborar planejamentos, entendendo-se por esta expressão uma atitude de reflexão sobre a ação, visando do encontro de soluções racionais para os problemas surgidos. Como conseqüência deste procedimento, avaliam seus alunos segundo padrões tradicionais, estabelecidos a partir de níveis, que constituem meras abstrações, sem relação com o aluno real que têm diante de si.

Mas, seriam somente os professores os culpados? Poderíamos enumerar uma série de outros casos os quais possivelmente suscitariam

divergências quanto às maneiras de explicá-los, mas que conduziriam a uma única conclusão: devem ser objeto de discussão, ou, pelo menos, não podem ser ignorados por parte de professores e alunos das Universidades.

Não se trata de termos a pretensão de resolvê-los e, muito menos, de resolvê-los **para** os professores de primeiro e segundo grau, mas de tê-los presentes no desenvolvimento de cursos universitários, especialmente de licenciatura e de mestrado em educação.

Porventura deixam de dizer respeito à Sociologia? Ou à Biologia? Veja-se, por exemplo, a carência alimentar presente no caso relatado e que provavelmente ocorre desde tenra idade, dando origem a graves problemas de aprendizagem. Como deixar de interessar àqueles que atualmente cursam Letras, a não ser que se pretenda ignorar toda a problemática de comunicação presente em indivíduos pertencentes a famílias situadas nos estratos mais baixos da sociedade? Como deixar de tê-los presentes nos planejamentos das disciplinas de Licenciatura: Estrutura e Funcionamento de 1º e 2º Graus, Psicologia da Aprendizagem e do Adolescente, Didática e Prática de Ensino?

Recentemente tomamos contacto com a direção de determinado estabelecimento oficial que se vê aturdida diante da iminência de reprovação em massa dos alunos de 2º Grau — os quais, transferidos de outras escolas, “simplesmente não aprendem nada, absolutamente nada”, conforme expressão dos professores. Trata-se, porém, de docentes que, segundo o diretor, “continuam dando normalmente suas aulas, mas não são compreendidos”.

Não seria digno de um estudo de Psicologia Social, tentar identificar o fator que possibilita a alguém continuar desenvolvendo “normalmente” seu trabalho, mesmo sabendo que o rendimento se apresenta praticamente nulo? Como é possível a uma pessoa aceitar esta situação sem se colocar em questão?

Embora seja necessário estudar casos como estes à luz das disciplinas citadas, tal medida, no entanto, é insuficiente. É importante considerá-los numa perspectiva mais ampla, pois, eles as transcendem. Torna-se necessário relacioná-los à economia, à política, aos problemas dos países em vias de desenvolvimento, ao panorama da educação em escala mundial, pois, embora se refiram à escola, extrapolam-se como instituição.

Aqui parece localizar-se o verdadeiro desafio para a Universidade: ter presente estes problemas, refletir sobre eles e encontrar formas adequadas de ação por parte de professores e alunos, mantendo, porém, bem

clara a consciência de que, embora percebidos na escola, não estão isolados do resto da sociedade, constituindo, isto sim, parte integrante de outros problemas mais amplos e profundos. Trata-se de desafio que se torna mais claro quando se visa a encontrar alternativas que, inevitavelmente, “não resolverão tudo” e que levarão inevitavelmente a nova necessidade, isto é, de a Universidade se relacionar com a escola de primeiro e segundo grau sem que seus membros sejam ingênuos e nem tampouco invasores culturais.

A título de sugestão, gostaríamos de chamar a atenção para alguns pontos que se podem constituir como alternativas, tendo em vista a necessidade de se encontrar soluções para o problema da articulação Universidade – Escola de 1º e 2º Graus.

As disciplinas do tipo “Introdução à Educação”, constantes do currículo de alguns cursos de Licenciatura, oferecem grande número de oportunidades para se refletir sobre esses problemas, teorizando-se a partir da realidade.

Prática de Ensino e Estágio Supervisionado podem-se constituir numa verdadeira síntese do curso de Licenciatura, através da proposição de temas para pesquisa, os quais devem suscitar atividades de observação e análise junto às escolas, culminando com uma síntese da qual participariam todos os professores e alunos do curso. Certamente estamos pensando em temas bastante abrangentes, envolvendo as várias disciplinas do curso, de maneira que garanta uma visão de síntese.

Os professores das diferentes disciplinas poderão desenvolver seus cursos segundo uma metodologia que tenha presente a constante relação entre os conteúdos específicos e a realidade de nossas escolas de primeiro e segundo graus.

É importante lembrar, porém, que essas alternativas nos colocam novamente diante do desafio já apontado, porquanto desenvolver uma metodologia da forma sugerida, implica um tipo de professor, ou equipe de professores, conscientes não apenas da necessidade de se articular Universidade – Escola de 1º e 2º Graus, mas também de que a problemática percebida extrapola os limites do ensino e mesmo da educação; são necessários professores não conformistas, à procura de novas alternativas metodológicas, pois, seria absurdo esperar, por exemplo, de um professor de Prática de Ensino que acredite na possibilidade de **dar aulas** desta disciplina, a realização de um trabalho nos moldes aqui propostos.